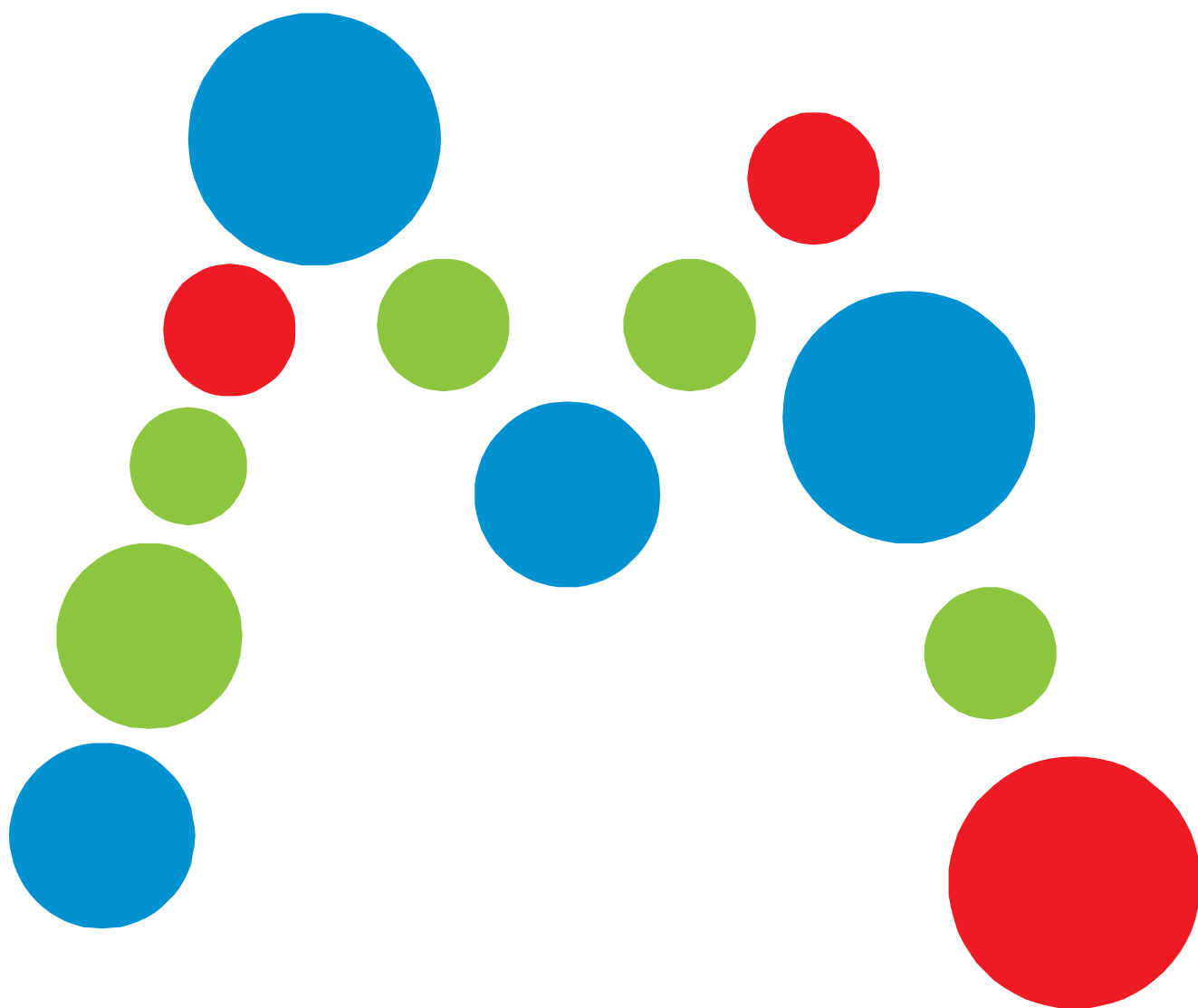


Mercados

informação global



Irão Ficha de Mercado

Março 2009



aicep Portugal Global

Índice

1. País em Ficha	03
2. Economia	04
2.1 Situação económica e Perspectivas	04
2.2 Comércio Internacional	06
2.3 Investimento	09
2.4 Turismo	10
3. Relações Económicas com Portugal	11
3.1 Comércio	11
3.2 Investimento	13
3.3 Turismo	14
4. Relações Internacionais e Regionais	14
5. Condições Legais de Acesso ao Mercado	15
5.1 Regime Geral de Importação	15
5.2 Regime de Investimento Estrangeiro	17
5.3 Quadro Legal	18
6. Informações Úteis	19
7. Endereços Diversos	20
8. Fontes de Informação	22
8.1 Informação Online aicep Portugal Global	22
8.2 Endereços de Internet	24

1. O País em Ficha

Área:	1.648.195 Km ²
População:	71,2 milhões de habitantes (2007)
Densidade Populacional	43,2 hab./km ²
Forma de governo	Teocracia islâmica
Designação oficial:	República Islâmica do Irão
Líder Supremo	Ayatollah Ali Khamenei, desde 1989
Presidente da República e Chefe do Governo	Mahmoud Ahmadinejad, eleito em Junho de 2005 (as próximas eleições presidenciais estão previstas para Junho de 2009)
Data da Actual Constituição	Novembro de 1979, revista em 1989
Capital:	Teerão (7,315 milhões de habitantes – estimativa 2006)
Outras cidades:	Mashhad (2,150 milhões); Isfhan (1,350 milhões); Tabriz (1,342 milhões); Shiraz (1,195 milhões); Qom (1,001 milhões); Ahvaz (790 mil); Bakhtaran (643 mil)
Religião:	O Irão é uma república islâmica, em que 98,5% dos habitantes são muçulmanos, na sua grande maioria chiitas (89%). As minorias religiosas são toleradas, incluindo a cristã.
Língua:	A grande maioria da população fala Persa (Farsi), embora existam outros dialetos
Unidade monetária:	Rial (IRR); 1 IRR = 0,1 Toman (embora as estatísticas oficiais sejam em Rials, na linguagem coloquial os iranianos referem-se a Tomans, que foi a moeda até 1932) 1 EUR = 12.404,75 IRR (média Fevereiro de 2009)
Risco País:	Risco político CC (AAA = risco menor; D = risco maior) Risco de estrutura económica BB Risco país B <i>Ranking</i> de negócios: Índice 4,55 (10 = máximo) <i>Ranking</i> geral: 79 (entre 82 países)
Risco de crédito:	6 (1=risco menor; 7=risco maior) (COSEC – Março 2009)
Grau da abertura e dimensão relativa do mercado:	Exp.+ Imp. / PIB = 53,8% (2007) Imp. / PIB = 19,8% (2007) Imp. / Imp. Mundial = 0,32% (2007)

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU) - ViewsWire Março 2009; Country Profile 2008
OMC 2008; Banco de Portugal; COSEC

2. Economia

2.1 Situação Económica e Perspectivas

A Constituição de 1979 implantou no Irão um sistema de governo dominado por uma autoridade – el Velayat-e, o Líder Supremo - cuja legitimidade advém do Islão. Sob a sua dependência directa, existem várias instituições não eleitas pelo povo, e não abrangidas pela esfera de autoridade do Chefe do Governo e Presidente da República. A evolução política do Irão tem sido determinada pelas relações entre estes dois centros do poder.

O Líder Supremo, que acumula a função de Chefe de Estado, representa a autoridade máxima política e religiosa; o Líder actual, Ayatollah Ali Khamenei, sucedeu a Khomeini após a morte deste em 1989. Por sua vez, o Presidente da República e Chefe do Governo é eleito por sufrágio universal, para mandatos de quatro anos; o actual Presidente - Mahamoud Ahmadinejad – foi eleito em 2005, sendo provável a sua reeleição em Junho de 2009, muito embora tenha vindo a subir de tom a contestação à sua política económica, por parte de determinados sectores da sociedade iraniana.

Em termos de política externa, o programa nuclear do Irão tem sido a questão mais relevante e controversa. Desde a revolução Islâmica de 1979, que o relacionamento com os EUA tem sido particularmente difícil, já que estes alegam que, sob o pretexto de aumentar a sua capacidade energética pela via nuclear, o Irão vem desenvolvendo um programa de enriquecimento de urânio que visa o domínio de armamento nuclear, posição que os líderes europeus partilham, mas que é refutada pelas autoridades iranianas. Depois da eleição do Presidente Barack Obama, que parece empenhado numa aproximação ao Irão, a administração iraniana está mais receptiva à idéia de contactos directos com os EUA, que só deverão ocorrer depois das eleições presidenciais.

A economia iraniana é uma das economias mais intervencionadas do Médio Oriente – preços controlados, actividades económicas sujeitas a autorização administrativa e grande peso do sector público que controla cerca de 80% da economia.

A evolução da actividade económica ao longo dos últimos anos tem sido genericamente positiva, devido à tendência crescente do preço do petróleo e ao bom comportamento das exportações não petrolíferas, o que conduziu a um crescimento do produto interno bruto (PIB) de 7,8% e 6,5% em 2007 e 2008, respectivamente.

O sector dos hidrocarbonetos¹, responsável por mais de 80% das receitas governamentais, permitiu ao governo apostar numa política orçamental expansionista, o que, por sua vez, determinou o aumento do

¹ O sector dos hidrocarbonetos é responsável por 26,5% do PIB iraniano, abaixo do sector dos serviços, com uma participação de 46%. A indústria e a agricultura contribuem com 17% e 10,4% respectivamente.

consumo privado e do investimento interno. Contudo, as exportações de petróleo estão a sofrer uma travagem devida à falta de capacidade de refinação, resultante de interferências políticas e de pressões da comunidade internacional junto das multinacionais petrolíferas para que não invistam no país, devido ao programa nuclear iraniano.

Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidade	2006 ^a	2007 ^a	2008 ^b	2009 ^c	2010 ^c	2011 ^c
População	Milhões	70,3	71,2	72,1	72,9	73,8	74,6
PIB a preços de mercado	10 ⁹ USD	222,9	286,1	319,5	368,8	428,2	506,4
PIB <i>per capita</i>	USD	3.170	4.020	4.430	5.060	5.800	6.790
Crescimento real do PIB	Var. %	5,8	7,8	6,5	1,1	3,0	3,5
Consumo privado	Var. %	6,2	9,1	8,5	3,3	3,3	4,0
Consumo público	Var. %	7,4	-4,3	5,0	3,0	2,7	3,5
Formação bruta de capital fixo	Var. %	3,3	6,0	5,8	3,5	3,2	5,0
Taxa de desemprego	%	12,1	12,3 ^b	12,5	12,9	13,2	14,1
Taxa de inflação	%	11,6	17,1	25,5 ^a	19,1	16,5	14,0
Dívida pública	% do PIB	24,6	21,0 ^b	20,8	19,5	18,6	17,4
Saldo do sector público	% do PIB	-7,2	-3,6	-3,7	-5,0	-4,2	-3,5
Balança corrente ^d	10 ⁹ USD	20,4	34,1	14,9	-14,0	-2,3	4,0
Balança corrente	% do PIB	9,2	11,9	4,7	-3,8	-0,5	0,8
Taxa média de câmbio	1 USD= x IRR	9.171	9.281	9.429 ^a	9.598	9.742	9.840

Fonte: EIU - The Economist Intelligence Unit

Notas: a) Valores actuais
b) estimativas
c) previsões
d) O ano fiscal iraniano decorre entre 21 de Março e 20 de Março

As previsões da *Economist Intelligence Unit* (EIU) para o corrente ano, que terminará em 20 de Março de 2010, estão em linha com o ambiente recessivo da economia global e apontam para um acentuado abrandamento económico (1,1%), devido à queda do preço do petróleo², ao previsível corte da produção petrolífera (conforme indicações da OPEP) e à retracção do investimento e do consumo privado. Para os próximos anos prevê-se uma recuperação gradual da economia.

Devido a uma política orçamental expansionista, têm-se registado taxas de inflação particularmente elevadas, o que tem provocado uma erosão acentuada dos salários reais, especialmente no caso do funcionalismo público e a uma degradação das condições de vida da população mais carenciada. De acordo com o *Bank Markazi* (Banco Central), a taxa de inflação atingiu um valor médio anual de 25,5%

² As previsões apontam para que o preço médio do *Brent* atinja os 40 USD/barril, devido à contracção da procura. O impacto dos cortes na produção deverá provocar uma subida dos preços em 2010, que poderão alcançar os 50 USD/barril.

em 2008, contudo, devido à queda dos preços das *commodities*, prevê-se uma descida para 19,1% e 16,5% em 2009 e 2010 respectivamente.

Tal como a inflação, também o desemprego constitui um dos principais problemas da economia iraniana. Num país em franco crescimento populacional e em que mais de dois terços da população tem menos de 25 anos, a taxa de desemprego assume valores superiores a 12% da população activa (cerca de 33% da população total), com tendência para um agravamento (12,9% em 2009 e 13,2% em 2010)³. Os números não oficiais são ainda mais preocupantes, já que apontam para valores entre 20 e 25%.

O saldo do sector público tem melhorado nos últimos dois anos, em grande parte devido ao aumento do preço do petróleo; em 2008, com o petróleo a atingir valores muito elevados, registou-se um *déficit* correspondente a 3,7% do PIB, prevendo-se para o corrente ano um acentuado agravamento deste indicador (-5% do PIB).

O forte declínio dos preços do petróleo em 2009 deverá ter um impacto muito negativo na balança corrente que, ao contrário de anos anteriores, passará a ser deficitária (-3,8% do PIB), prevendo-se uma melhoria em 2010 e 2011.

2.2 Comércio Internacional

O Irão regista um grau de abertura modesto, já que o somatório das exportações e das importações em relação ao PIB não vai além de 53,8% (valores relativos a 2007). A sua integração na economia internacional deve-se quase exclusivamente à condição de país fortemente excedentário e exportador líquido de produtos energéticos. Para além deste sector, a produção local destina-se em grande ao mercado interno.

As estratégias de desenvolvimento industrial que têm sido implementadas não estão focalizadas na captação de mercados externos, salvo quando está em causa o escoamento dos recursos naturais abundantes (petróleo, gás natural, alguns minerais e produtos agrícolas tradicionais), e o sector automóvel que se converteu no mais dinâmico da economia iraniana, a seguir ao energético. Os problemas ao nível da competitividade que derivam desta estratégia têm sido atenuados pela concessão de subsídios, que representam cerca de 25% do PIB, e pela aplicação de medidas proteccionistas de índole diversa, tanto por via da criação de barreiras à importação como pela aplicação de preferências, nos contratos públicos, aos fornecedores locais.

A evolução do comércio externo do Irão está condicionada tanto pela flutuação das receitas provenientes das exportações de petróleo, como pelas medidas de política macroeconómica adoptadas pelas autoridades locais.

³ Estima-se que só uma taxa de crescimento do PIB da ordem de 8% permitiria absorver os 700.000 jovens que todos os anos ingressam no mercado de emprego.

Evolução da Balança Comercial

(10 ⁹ USD)	2004	2005	2006	2007	2008 ^a
Exportação fob	43,9	64,4	76,1	97,4	93,4
Importação fob	38,2	43,1	50,0	56,6	67,2
Saldo	5,7	21,3	26,1	40,8	26,2
Coeficiente de cobertura (%)	114,92	149,41	152,20	172,08	139,00
Posição no “ranking” mundial					
Como exportador	38 ^o	37 ^o	36 ^o	37 ^o	n.d.
Como importador	43 ^o	43 ^o	43 ^o	48 ^o	n.d.

Fontes: EIU; WTO - World Trade Organization

Notas: (a) – estimativas;

n.d. – não disponível

Tradicionalmente, a balança comercial do Irão apresenta saldos positivos, verificando-se um contínuo crescimento do coeficiente de cobertura das importações ao longo dos últimos anos e até 2007. De acordo com os dados publicados pela EIU, no período compreendido entre 2004 e 2008, a taxa média de crescimento anual das exportações cifrou-se em 22,2%, enquanto as importações registaram um aumento médio anual de 15,2%. No último ano, as vendas de produtos ao exterior atingiram 93,4 mil milhões de USD (-4% face a 2007), enquanto as aquisições alcançaram 67,2 mil milhões de USD (+18%).

Principais Fornecedores

Mercado	2005		2006		2007	
	quota	posição	quota	posição	quota	posição
China	8,3%	2 ^o	10,5%	2 ^o	14,3%	1 ^o
Alemanha	13,9%	1 ^o	12,1%	1 ^o	9,8%	2 ^o
Emiratos Árabes Unidos	8,4%	3 ^o	9,3%	3 ^o	8,4%	3 ^o
Coreia do Sul	5,4%	4 ^o	5,4%	4 ^o	5,9%	4 ^o

Fontes: EIU; FMI

Antes da revolução iraniana, a Alemanha Ocidental, os EUA e o Reino Unido eram os principais fornecedores do Irão. Depois do período revolucionário, os EUA e o Reino Unido retiraram-se do mercado e as empresas alemãs continuaram a liderar as exportações para o Irão, particularmente enquanto fornecedoras de bens de capital. Nos últimos anos, a China, a Coreia do Sul e a Rússia têm vindo a ganhar posição, enquanto a Alemanha revela uma perda contínua de quota de mercado, tendo sido ultrapassada pela China em 2007 como principal fornecedor. A importância dos Emiratos Árabes Unidos enquanto parceiro comercial do Irão está relacionada com facto de o Dubai constituir uma importante plataforma comercial regional, pelo que a grande maioria dos produtos transaccionados tem origem em diversos países e são reexportados pelo Dubai.

A análise das importações iranianas revela ainda que os países da OCDE têm vindo a perder importância⁴: em 1995 representavam 64% do total, em 2001 baixaram para 46% e em 2007 não foram além de 32%. Em contrapartida a Ásia e, em menor escala, a América Latina, têm vindo a estreitar os laços comerciais com o Irão.

Por outro lado, e apesar das ameaças de sanções, as exportações iranianas para os mercados da OCDE, baseadas no petróleo, têm-se mantido estáveis. Em 2007 a China ultrapassou o Japão enquanto principal destino das exportações (14,5% do total), enquanto a Turquia e a Itália ocupam o 3º e 4º lugar respectivamente.

Principais Clientes

Mercado	2005		2006		2007	
	quota	posição	quota	posição	quota	posição
China	11,2%	2º	12,8%	2º	14,5%	1º
Japão	16,9%	1º	14,0%	1º	13,3%	2º
Turquia	5,7%	3º	7,2%	3º	7,7%	3º
Itália	6,0%	5º	6,3%	4º	6,6%	4º

Fontes: EIU; FMI

As exportações iranianas são constituídas fundamentalmente por hidrocarbonetos (84% do total em 2007), o que corresponde ao padrão dominante do seu perfil exportador; de resto, destacam-se ainda os produtos petroquímicos (3%) e os frutos (2,1%).

Principais Produtos Transaccionados – 2007

Exportações / Sector	%	Importações / Sector	%
Petróleo e gás natural	83,9%	Matérias primas e bens intermédios	45,0%
Petroquímicos	3,0%	Bens de capital	37,0%
Frutos frescos e secos	2,1%	Bens de consumo	18,0%
Outros	11,0%		

Fonte: EIU

No que se refere às importações, a estrutura é dominada pelo grupo das matérias primas e dos bens intermédios (45%), seguido dos bens de capital (37%) e dos bens de consumo (18%). Numa análise mais detalhada, verifica-se que os principais produtos importados são as máquinas e equipamentos mecânicos, produtos siderúrgicos, componentes para a indústria automóvel e produtos químicos. Devido à insuficiente capacidade de refinação, a importação de gasolina é bastante significativa, o que não

⁴ Em parte explicada pela ausência dos EUA do mercado iraniano devido às sanções e restrições impostas pelo Governo americano desde 1995.

deixa de ser paradoxal, dado tratar-se do país que detem as segundas maiores reservas mundiais de petróleo.

2.3 Investimento

O investimento directo estrangeiro (IDE) no Irão é pouco significativo, apesar de ser um país bastante atractivo em termos de dimensão, riqueza de recursos naturais e elevada taxa de população jovem. No entanto, o ambiente de negócios não é favorável ao estabelecimento de empresas estrangeiras, e independentemente do contexto geopolítico, há razões de índole diversa que tornam o país pouco atraente para os investidores – desde a não integração na OMC, até à insegurança resultante da facilidade com que o quadro legal e regulamentar pode ser alterado.

O impacto dos fluxos de investimento estrangeiro na economia do país pode detectar-se através do seu peso no PIB que, de acordo com a *Economist Intelligence Unit*, representou apenas 0,26% em 2007. No mesmo ano, o IDE não foi além de 1% da formação bruta de capital fixo.

Investimento Directo

(10 ⁶ USD)	2003	2004	2005	2006	2007
Investimento estrangeiro no Irão	400	306	918	317	754
Investimento do Irão no estrangeiro	-342	68	452	386	302
Posição no “ranking” mundial					
Como receptor	88º	104º	76º	115º	96º
Como emissor	219º	66º	53º	61º	71º

Fonte: UNCTAD – World Investment Report 2008

Segundo os dados da UNCTAD, podemos concluir que no período 2003-2007, os fluxos médios anuais de investimento directo estrangeiro canalizados para o Irão não ultrapassaram 539 milhões de USD, tendo atingido 754 milhões de USD em 2007⁵, o que colocou o país na 96ª posição a nível mundial enquanto receptor de IDE (0,04% do investimento mundial).

Como investidor no estrangeiro, o Irão ocupa também uma posição muito modesta (71º lugar em 2007), com montantes anuais geralmente inferiores aos do IDE, registando-se mesmo um desinvestimento com algum significado em 2003.

⁵ No mesmo ano, o IDE na Arábia Saudita alcançou 24,3 mil milhões de USD, nos EAU atingiu 13,3 mil milhões de USD e no Egipto fixou-se em 11,6 mil milhões de USD.

2.4 Turismo

Como se verifica no quadro seguinte, os dados disponibilizados pela WTO - *World Tourism Organization* sobre o turismo no Irão são bastante escassos, apenas compreendendo o período completo (2002-2006), os relativos às receitas.

O site do *Euromonitor International (Travel and Tourism)* disponibiliza alguma informação com interesse sobre o sector, segundo a qual, em 2005, o turismo foi responsável por 10% do PIB iraniano, tendo já um impacto interessante no emprego – no ano de referência os postos de trabalho somavam 1.710.190 efectivos, assegurando 9% do emprego.

O governo iraniano está empenhado no objectivo de atrair turistas ao país, e desde a criação da “Iran Cultural Heritage and Tourism Organisation”, em 2004, foram desenvolvidas uma série de acções promocionais que têm produzido resultados positivos. Segundo a fonte acima mencionada, em 2005 o Irão recebeu dois milhões de turistas, o que representou um crescimento de 6% em relação ao ano transacto.

Indicadores do Turismo

	2002	2003	2004	2005	2006
Turistas (10 ³)	1.585	1.546	1.659	n.d.	n.d.
Dormidas (10 ³)	830	854	n.d.	n.d.	n.d.
Receitas (10 ⁶ USD)	1.670	1.266	1.305	1.364	1.513

Fonte: WTO – World Tourism Organization

Nota: n.d. – não disponíveis

Este sector é muito sensível à conjuntura política na região, especialmente no que respeita à situação no vizinho Iraque. Ainda assim, de acordo com o *Euromonitor*, o turismo no país comporta um grande potencial de crescimento, designadamente o turismo ecológico e o religioso, quer na captação de turistas árabes quer ocidentais, podendo desenvolver-se a taxas elevadas, uma vez estabilizada a situação política.

3. Relações Económicas com Portugal

3.1 Comércio

O Irão tem um peso reduzido na estrutura do comércio internacional português, especialmente como cliente. Em 2008, foi o 56º cliente de Portugal, com uma quota de 0,1% e o 34º fornecedor, posição que corresponde a 0,5% das nossas importações.

Importância do Irão nos Fluxos Comerciais com Portugal

		2004	2005	2006	2007	2008
Como cliente	Posição	59 ^a	57 ^a	60 ^a	65 ^a	56 ^a
	%	0,06	0,06	0,04	0,04	0,08
Como fornecedor	Posição	35 ^a	37 ^a	28 ^a	28 ^a	34 ^a
	%	0,25	0,22	0,55	0,53	0,49

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Todavia, se considerarmos apenas os países do Próximo e Médio Oriente⁶ verificamos que o seu posicionamento como cliente melhora significativamente, ocupando o 4º lugar em 2008, a seguir à Arábia Saudita, a Israel e aos Emirados Árabes Unidos, representando 7,8% do total das vendas portuguesas para esta zona geográfica. Enquanto fornecedor ocupa o 3º lugar, correspondendo a 18,9% do total das importações provenientes deste conjunto de países.

Evolução da Balança Comercial Bilateral

(10 ³ EUR)	2004	2005	2006	2007	2008	Varição ^a %
Exportações	17.293	17.916	15.238	14.024	29.861	23,4%
Importações	118.127	108.268	291.228	294.040	286.107	39,7%
Saldo	-100.833	-90.352	-275.989	-280.016	-256.246	--
Coeficiente de Cobertura	14,6%	16,5%	5,2%	4,8%	10,4%	--

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Nota: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2004-2008;

As trocas comerciais são tradicionalmente desfavoráveis a Portugal, com as exportações portuguesas a crescerem a um ritmo positivo ao longo dos últimos cinco anos (aumento médio anual de 23%). O comportamento das importações está fortemente dependente das compras de óleos brutos de petróleo, verificando-se, nos últimos cinco anos, um crescimento médio anual da ordem dos 40%.

⁶ Engloba os seguintes países: Arábia Saudita, Bahrain, Qatar, Emiratos Árabes Unidos, Iémen, Irão, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Oman e Síria.

Em 2008, o valor das exportações portuguesas para o Irão atingiu cerca de 29,9 milhões de euros (+113% face ao ano anterior), enquanto o montante das importações foi de 286,1 milhões de euros (-2,7% em relação a 2007), o que resultou num défice de 256,2 milhões de euros.

Nos últimos dois anos, as transacções comerciais entre Portugal e o Irão revelaram um elevado grau de confidencialidade, correspondente às operações abrangidas pela lei do segredo estatístico. Nesse sentido, a análise da estrutura das exportações e das importações, recai apenas sobre os produtos não sujeitos a confidencialidade.

No que diz respeito à estrutura das exportações para o Irão, importa salientar que, em 2008, existe uma grande concentração em dois grupos de produtos – máquina e aparelhos (24,8%) e veículos e outro material de transporte (23,7%) – que, no conjunto, representam 48,5% das exportações totais. Dos restantes grupos de produtos destacam-se a madeira e cortiça (7%) e os metais comuns (6,8%), todos com evoluções positivas em 2008 relativamente ao ano anterior. Das principais categorias exportadas, apenas os produtos químicos revelaram uma evolução negativa no último ano.

Exportações por Grupos de Produtos

(10 ³ Euros)	2004	%	2007	%	2008	%
Máquinas e aparelhos	5.467	31,6	6.589	47,0	7.409	24,8
Veículos e outro material de transporte	2.790	16,1	721	5,1	7.076	23,7
Madeira e cortiça	566	3,3	870	6,2	2.096	7,0
Metais comuns	1.301	7,5	1.498	10,7	2.019	6,8
Plásticos e borracha	728	4,2	791	5,6	1.139	3,8
Matérias têxteis	646	3,7	130	0,9	807	2,7
Pastas celulósicas e papel	3.027	17,5	4	0,0	624	2,1
Produtos químicos	2.422	14,0	1.403	10,0	397	1,3
Produtos alimentares	0	0,0	33	0,2	213	0,7
Minerais e minérios	37	0,2	45	0,3	154	0,5
Instrumentos de óptica e precisão	112	0,7	116	0,8	21	0,1
Vestuário	21	0,1	2	0,0	0	0,0
Produtos agrícolas	0	0,0	170	1,2	0	0,0
Outros produtos	177	1,0	6	0,0	51	0,2
Valores confidenciais			1.648	11,7	7.857	26,3
Total	17.293	100,0	14.024	100,0	29.861	100,0

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Nota: A informação referente a 2007 e 2008 encontra-se corrigida dos valores correspondentes às operações abrangidas pelo segredo estatístico, agregando-se o respectivo montante na parcela "Valores confidenciais".

Se considerámos haver grande concentração nas exportações de Portugal para Irão, esta é ainda muito mais marcante no que se refere às importações, já que o grupo dos “combustíveis minerais” é o único com significado, tendo representado, no último ano, 92,4% do total importado do Irão.

Importações por Grupos de Produtos

(10 ³ Euros)	2004	%	2007	%	2008	%
Combustíveis minerais	110.481	93,5	285.509	97,1	264.389	92,4
Metais comuns	3.889	3,3	2.887	1,0	11.164	3,9
Máquinas e aparelhos	2.050	1,7	2.601	0,9	2.934	1,0
Produtos químicos	191	0,2	2.404	0,8	2.189	0,8
Minerais e minérios	257	0,2	115	0,0	390	0,1
Plásticos e borracha	67	0,1	89	0,0	112	0,0
Matérias têxteis	366	0,3	205	0,1	57	0,0
Produtos agrícolas	797	0,7	180	0,1	42	0,0
Pastas celulósicas e papel	0	0,0	0	0,0	4	0,0
Instrumentos de óptica e precisão	0	0,0	5	0,0	3	0,0
Veículos e outro material de transporte	0	0,0	1	0,0	1	0,0
Peles e couros	12	0,0	40	0,0	0	0,0
Madeira e cortiça	10	0,0	0	0,0	0	0,0
Outros produtos	2	0,0	2	0,0	2	0,0
Valores confidenciais			1	0,0	4.821	1,7
Total	118.131	100,0	294.040	100,0	286.107	100,0

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Nota: A informação referente a 2007 e 2008 encontra-se corrigida dos valores correspondentes às operações abrangidas pelo segredo estatístico, agregando-se o respectivo montante na parcela "Valores confidenciais".

Segundo os dados do INE, o número de empresas portuguesas que têm vindo a exportar para o Irão subiu de 46 em 2003, para 100 em 2007 (último ano disponível), traduzindo, assim, o interesse crescente dos agentes económicos portugueses por aquele mercado.

3.2 Investimento

De acordo com dados do Banco de Portugal, em termos do investimento directo do Irão em Portugal, os valores são meramente residuais e sem qualquer expressão ao nível do total do investimento estrangeiro no nosso país.

No que se refere ao investimento directo português no Irão, não há registo de qualquer operação nos últimos cinco anos.

3.3 Turismo

Elementos estatísticos e outras informações sobre o turismo dos habitantes do Irão em Portugal, não se encontram disponíveis.

4. Relações Internacionais e Regionais

O Irão integra, entre outras organizações, o Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID), a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e a Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências especializadas, de entre as quais se destacam o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Neste âmbito, é relevante a integração do Irão na OPEP. A presença do país nesta organização tem exercido grande influência na sua relação com os grandes países industrializados consumidores de petróleo e, igualmente, com os grandes produtores do Médio Oriente, sócios da organização. No relacionamento com o Irão, o Banco Mundial tem centrado a sua actividade no apoio a áreas sociais: nutrição; saneamento básico; tratamento de águas e resíduos sólidos; ajuda em situações de emergência e à reconstrução, na sequência de calamidades naturais que têm atingido o país.

Ao nível regional, este país faz parte da **Organização para a Cooperação Económica (OCE/ECO)**, criada em 1985 pelo Irão, o Paquistão e a Turquia. Em 1992 foi ampliada com a incorporação do Afeganistão e de seis novas repúblicas da antiga União Soviética (Azerbaijão, Kazaquistão, Kirziquistão, Turquistão, Turquemenistão e Uzbequistão). A ECO tem contribuído para o desenvolvimento da região através de projectos comuns em assuntos prioritários como a energia, o comércio, os transportes, a agricultura e o controlo do tráfico de drogas; o Acordo Marco sobre Trânsito e Transporte (TTFA) é considerado o seu projecto mais importante, por servir de caução à exportação de recursos naturais pelos países centro asiáticos que não têm acesso ao mar. Actualmente, está em análise a possibilidade de estabelecimento de um Acordo de Comércio Preferencial e da futura criação de um Banco ECO de desenvolvimento e comércio.

Desde 1996 que o país vem manifestando o seu interesse em integrar a OMC. As negociações de adesão iniciaram-se apenas em 2005, após os EUA terem retirado o seu veto reiterado ao processo. Contudo, nos últimos três anos as negociações foram suspensas devido ao contencioso nuclear, não tendo o Irão chegado a apresentar a sua proposta sobre o regime de comércio.

No que respeita ao **relacionamento com a UE**, o diálogo foi iniciado em 1998 visando discutir um conjunto alargado de matérias e explorar as possibilidades concretas de cooperação. As negociações, com o objectivo prioritário de estabelecer um Acordo de Comércio e Cooperação, foram encetadas em Dezembro de 2002, mas acabaram por não ter continuidade.

Tendo em vista o objectivo do Irão de integrar a OMC, o acordo com a UE, seu principal parceiro comercial, ajudaria o país a adaptar-se às regras da Organização e a impulsionar a economia iraniana, para além de favorecer uma envolvente propícia ao desenvolvimento das trocas comerciais e do investimento.

Actualmente, as conversações a nível económico e político estão em compasso de espera, dependendo o seu desenvolvimento da forma como evoluírem as questões relacionadas com o programa nuclear iraniano.

De referir, ainda, que a Comunidade financia medidas destinadas a promover a cooperação com os países, territórios e regiões em desenvolvimento. Assim, o Regulamento n.º 1905/2006, de 18 de Dezembro, institui um instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento com aplicação entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013.

Para o Médio Oriente (o Irão consta dos países elegíveis) a assistência comunitária incide especialmente nos seguintes domínios de cooperação:

- Promoção da coesão social (luta contra a pobreza, a desigualdade e a exclusão);
- Promoção de uma maior integração regional;
- Apoio ao reforço da boa governação e das instituições públicas, bem como da protecção dos direitos do homem;
- Apoio à criação de um espaço comum UE-Médio Oriente do ensino superior;
- Promoção do desenvolvimento sustentável, em todas as suas dimensões, com especial atenção à protecção da floresta e à diversidade biológica.

5. Condições Legais de Acesso ao Mercado

5.1 Regime Geral de Importação

O facto de o Irão não ser membro da OMC permite-lhe efectuar mudanças substanciais nas suas políticas, gerando insegurança e desconfiança junto dos operadores económicos estrangeiros. Ainda assim, a regulamentação formalmente publicada (em farsi) não é a maior fonte de problemas, que surgem antes em resultado da forma aleatória e algo errática com que as normas são aplicadas.

No que respeita ao **acesso das mercadorias** ao mercado iraniano a regulamentação distingue três categorias: os produtos autorizados, os condicionados e os proibidos. Os produtos autorizados podem ser importados sem restrições. Os condicionados podem ser importados desde que preencham os requisitos regulamentares estabelecidos (por exemplo, certificado fitossanitário), além de carecerem de aprovação pelos Ministérios competentes (licença de importação); uma vasta gama de produtos encontra-se nesta categoria como, por exemplo, os produtos alimentares e agrícolas, e os produtos farmacêuticos, mesmo que para uso veterinário. Os proibidos incluem as armas de fogo e munições, os narcóticos, as bebidas alcoólicas, os psicotrópicos, os produtos relacionados com a indústria do jogo, os rádios transmissores, os produtos químicos que afectem a camada de ozono, as fitas de vídeo, e o material radioactivo. Também é proibida a importação de revistas, fotografias, filmes e qualquer tipo de publicações que sejam contrárias à dignidade nacional e religiosa do país.

De referir, também, que produtos como géneros alimentícios, medicamentos, cosméticos e produtos de higiene, fertilizantes e químicos utilizados na agricultura, por razões de saúde pública e/ou segurança dos consumidores, estão sujeitos a **registo obrigatório**.

Quanto aos **direitos aduaneiros**, aplicados “ad valorem”, com base no Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias, os valores sofrem grandes oscilações, situando-se a taxa média ligeiramente abaixo de 30%. Os bens de capital e as matérias-primas podem ser isentos, bem como os medicamentos, o trigo, e determinados produtos estratégicos. A taxa incidente sobre os produtos de consumo oscila bastante, situando-se, em média, em 40% (o calçado, por exemplo, está sujeito a uma taxa de 120% e os veículos automóveis de 90%). Sobre os produtos intermédios incide uma taxa média ligeiramente inferior à aplicada aos bens de consumo.

Para além dos encargos alfandegários, incide ainda um outro imposto sobre a maioria dos produtos importados, designado **Taxa de Lucro Comercial**, o qual pode ser específico ou “ad valorem”. Este imposto pode variar entre zero e 116%, sendo a taxa média de 14,8%. Muitos produtos estão ainda sujeitos a comissões e taxas de licenciamento, e outros encargos adicionais.

As taxas aplicadas na importação de cada produto podem ser consultadas na página «Market Access Database», da responsabilidade da União Europeia – <http://mkaccdb.eu.int> (clique em «Tariffs Applied Database»).

Finalmente, existem **limitações à abertura de Cartas de Crédito** que, não sendo um procedimento automático no Irão, converte-se, frequentemente, num obstáculo à concretização de uma importação, mais em razão das exigências requeridas do que do seu custo. Assim, a política de abertura de Cartas de Crédito é, na prática, utilizada como um instrumento regulador das importações, e da sua composição por produtos e por países de origem.

5.2 Regime de Investimento Estrangeiro

A Lei que regula o investimento estrangeiro no Irão – “Foreign Investment Promotion and Protection Act (FIPPA), aprovada em 2002 (assim como a respectiva regulamentação, publicada em Outubro do mesmo ano e objecto de alterações em 2004, 2005 e 2008), tem um **carácter fortemente intervencionista**, requerendo a aprovação, caso a caso, de cada projecto de investimento. A OIETAI (Organization for Investment, Economical and Technical Assistance of Iran), dependente do Ministério da Economia, é a entidade competente em matéria de tramitação e aprovação dos projectos de investimento.

A FIPPA não impõe limitações à participação estrangeira num projecto concreto, que poderia, em princípio, chegar a 100%. Contudo, na prática, a OIETAI tende a favorecer a participação maioritária dos sócios locais. Factores como o aporte tecnológico e o potencial exportador são determinantes para obter a aprovação de uma maior participação estrangeira.

Acresce que o “Mahlis” (Parlamento) tem capacidade para intervir nas operações de grande porte, sendo-lhe os projectos submetidos após a aprovação pela entidade competente; por sua vez, os projectos na área da geração de energia e dos serviços postais e telefónicos têm que lhe ser obrigatoriamente submetidos.

O quadro legal referido não estabelece limites ao exercício de actividades económicas. O promotor externo pode operar em qualquer área aberta ao sector privado, embora possam existir algumas restrições à participação estrangeira.

De acordo com a Lei, a nacionalização ou a expropriação do investimento deverá dar lugar a reembolso pelo seu justo valor. O repatriamento de lucros em divisas fortes é permitido.

De mencionar, ainda, que não existem instrumentos legais que permitam ao investidor estrangeiro recorrer de uma decisão tomada a nível administrativo. A FIPPA determina que a resolução de conflitos envolvendo organismos públicos deverão ser sempre resolvidos em sede de tribunais domésticos, salvo quando estejam em vigor acordos bilaterais de promoção e protecção dos investimentos, assinados pelo Irão e países terceiros (Portugal e o Irão mantêm há anos negociações com vista à celebração de um acordo neste âmbito), a estabelecer outras formas alternativas de resolução de disputas.

Quanto aos **contratos públicos**, as restrições aplicadas à participação de empresas estrangeiras em concursos e em contratos públicos constituem um dos maiores obstáculos para aceder ao mercado iraniano. As normas básicas que regulam a contratação pública estão contidas na Lei de Maximização das Capacidades Tecnológicas e Produtivas do Irão (Lei MAX) de 23.04.1997 e na sua regulamentação, e ainda no Regulamento sobre a Assinatura de Contratos, publicado em 13.03.2003.

A Lei MAX refere-se às adjudicações de contratos realizadas pelas empresas estatais (adstritas a instituições oficiais ou a departamentos ministeriais) ou públicas (que pertencem maioritariamente ao Governo ou às empresas estatais). A situação é particularmente gravosa num país onde quase todos os grandes projectos são realizados por empresas veiculadas ao sector público.

Na essência, a Lei MAX determina a maximização do conteúdo local de todos os contratos públicos, exigindo que pelo menos 51% do valor total do contrato seja efectuado por empresas locais. Na avaliação das ofertas é aplicada uma margem preferencial de 20% para a componente local da oferta. Estabelece-se ainda uma penalização (10% dos incumprimentos) para os adjudicatários que não cumpram os seus compromissos relativos à incorporação da produção local.

Ao nível dos **incentivos ao investimento** assumem um papel de destaque as **Zonas Francas**, quer as Zonas de Comércio Livre, quer as Zonas Económicas Especiais que disponibilizam vantagens e benefícios significativos às empresas aí instaladas - fiscais, aduaneiros, infra-estruturas, etc.

5.3 Quadro Legal

Regime de Importação

- “*Export-Import Regulations Act*” (Setembro 2003) – Estabelece as condições e os requisitos para a realização de exportações e importações no Irão.
- “*Free Zones Regulation*” – Corpo legislativo que integra vinte diplomas, os quais regulamentam diversas matérias relativas ao estabelecimento e funcionamento das Zonas Francas no Irão.

Regime de Investimento Estrangeiro

- “*Foreign Investment Promotion and Protection Act*” - FIPPA - (02 de Junho de 2002), com alterações posteriores – Estabelece as directivas relativas à captação de investimento estrangeiro e os requisitos relativos à concretização de investimento estrangeiro no Irão.
- “*Implementing Regulations of FIPA 2002*” (de 15 de Outubro de 2002), com alterações posteriores – Regulamenta a FIPPA (Lei de Promoção e de Protecção do Investimento Estrangeiro).
- “*MAX Act*” (de 23 de Abril de 1997) – Estabelece as normas básicas que regulam a contratação pública (Lei de Maximização das Capacidades Tecnológicas e Produtivas do Irão).

Para mais informação legislativa sobre mercados externos, consulte a «Jurisnet» no Site da aicep Portugal Global – <http://www.portugalnews.pt/juris/matriz.asp>

6. Informações Úteis

Formalidades na Entrada

Passaporte: É necessário, com validade superior a seis meses.

Visto: Os vistos para efeitos de viagens de negócios são emitidos pelas Embaixadas do Irão no exterior, devendo o pedido ser feito com um mês de antecedência. É necessário o preenchimento de um formulário e uma fotografia (para as mulheres de cabeça tapada). A validade dos vistos é de um mês.

Riscos de Crédito e Caução e do Investimento Nacional no Estrangeiro

A COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, S.A. gere, por conta do Estado português, a garantia de cobertura de riscos de crédito e caução e do investimento nacional no estrangeiro, originados por factos de natureza política, monetária e catastrófica.

No contexto das Políticas de Cobertura para Mercados de Destino das Exportações Portuguesas, apólice individual, a cobertura para o mercado iraniano é a seguinte (Março 2009):

Curto prazo – Carta de crédito irrevogável ou garantia bancária

Médio/Longo prazo – Garantia soberana

Indicações mais pormenorizadas sobre políticas e condições de cobertura podem ser obtidas junto da Direcção Internacional da Cosec.

Hora Local

Mais três a cinco horas em relação ao TMG.

Dias Úteis

De Sábado a Quarta-feira

Horários de Funcionamento

Os horários de funcionamento variam um pouco, consoante os serviços. Durante o Ramadão pode haver alterações de horários significativas.

Os horários mais comuns são os seguintes:

Serviços Públicos:

Os serviços públicos abrem às 08h00 / 08h30 e encerram às 16h00. Todavia, na maioria dos Ministérios e organismos públicos é interrompido às 12h00 para oração e para almoço.

Sector Privado:

No sector privado os horários são muito variáveis, podendo as empresas estar abertas nas manhãs de Quinta-feira.

Calendário

No Irão o ano inicia-se no dia 21 de Março (equinócio da Primavera), sendo os seis primeiros meses de 31 dias, os cinco meses seguintes de 30 dias e o décimo segundo mês de 29 dias (30 de quatro em quatro anos). O sistema relaciona-se com a fuga do poeta Maomé de Meca, em 622 DC, mas, contrariamente ao preceito do calendário Islâmico, acompanha o ano solar. Para identificar a data equivalente no calendário Gregoriano deve adicionar-se 621 anos à data iraniana. O ano iraniano de 1388 iniciou-se em 21 de Março de 2009.

Feriadados

Os feriados são religiosos e baseados no ano islâmico. As excepções incluem as celebrações de Ano Novo (Now Rouz), de 21 a 24 de Março.

Corrente Eléctrica

220 volts AC, 50 Hz.

Pesos e Medidas

É utilizado o sistema métrico.

7. Endereços Diversos

Em Portugal

aicep Portugal Global

Sede: O'Porto Bessa Leite Complex

Rua António Bessa Leite, 1430 - 2º andar

4150-074 Porto

Tel.: +351 22 6055300 | Fax: +351 22 6055399

E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

aicep Portugal Global
Av. 5 de Outubro, 101
1050-051 Lisboa
Tel.: +351 21 7909500 | Fax: +351 21 7909581
E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, SA
Direcção Internacional
Av. da República, n.º 58
1069-057 Lisboa
Tel.: +351 21 791 38 2 Fax: | +351 21 791 38 391
E-mail: International@cosec.pt | <http://www.cosec.pt>;

Embaixada do Irão em Portugal
Rua do Alto do Duque, 49
1400-009 LISBOA
Tel.: 213 010 871 | Fax: 213 010 777
E-mail: iranembassy@-irao.pt | Site: www.emb-irao.pt

No Irão

Embaixada de Portugal em Teerão
Darrous, Av. Hedaiat
Rouzbeth Alley, 13
Teerão
Tel.: 009 821 277 640 60 | Fax: 009 821 225 56 68
E-mail: portugal@mydatak.com

Câmara de Comércio Portugal-Irão
P.O.Box 2143
Tel. / Fax: 351 21 483 7150 | Telemóvel: 351 917 21 9811
E-mail: info@ccipt.pt | <http://www.ccip.pt>

Central Bank of the Islamic Republic of Iran
Mirdamad Blvd., 144
Teheran
Tel.: 98 21 29951
E-mail: G.SecDept@cbi.ir | <http://www.cbi.ir>

Ministry of Economic and Finance Affairs
Sorestafi St. – Hamayoun St.
Teheran
Tel.: 98 21 3911163 | Fax: 98 21 3900528
<http://www.mefa.gov.ir>

8. Fontes de Informação

8.1 Informação Online **aicep** Portugal Global

Documentos Específicos sobre o Irão

- Título: “Irão – Condições Legais de Acesso ao Mercado”
Edição: 09/2008

Documentos de Natureza Geral

- Título: “Marcas e Desenhos ou Modelos – Regimes de Protecção”
Edição: 02/2009
- Título: “Apoios Financeiros à Internacionalização – Guia Prático”
Edição: 02/2009
- Título: “Acordos Bilaterais Celebrados por Portugal”
Edição: 01/2009
- Título: “Acordos Bilaterais Portugal/UE”
Edição: 01/2009
- Título: “Acordos Bilaterais Portugal/Palop”
Edição: 01/2009
- Título: “Acordos Bilaterais Portugal/Magreb”
Edição: 01/2009
- Título: “Acordos Bilaterais Portugal/Mercosul”
Edição: 01/2009

- Título: “Acordos Bilaterais Portugal/Nafta”
Edição: 01/2009
- Título: “Normalização e Certificação”
Edição: 11/2008
- Título: “Como Participar em Feiras nos Mercados Externos”
Edição: 08/2008
- Título: “Seguros de Créditos à Exportação”
Edição: 06/2008
- Título: “Seguro de Investimento Directo Português no Estrangeiro”
Edição: 06/2008
- Título: “Guia do Exportador”
Edição: 02/2008
- Título: “Aspectos a Acautelar num Processo de IDPE”
Edição: 09/2006
- Título: “Dupla Tributação Internacional”
Edição: 12/2004
- Título: “A Internacionalização das Marcas Portuguesas através do Franchising”
Edição: 11/2004
- Título: “Pagamentos Internacionais”
Edição: 06/2004

A Informação Online pode ser consultada em <http://www.portugalnews.pt/econo/matriz.asp>

8.2. Endereços de Internet

- *Central Bank of the Islamic Republic of Iran* – http://www.cbi.ir/default_en.aspx
- *Institute of Standards & Industrial Research of Iran* – <http://www.isiri.org/EN/index.html>
- *Iran Customs Administration* – <http://www.irica.gov.ir/EIndex.aspx>
- *Iran Chamber of Commerce, Industries and Mines* – <http://en.iccim.ir/>
- *Iran Ministry of Foreign Affairs* – www.mfa.gov.ir
- *Ministry of Economic and Finance Affairs* – www.mefa.gov.ir
- *President Office* – <http://www.president.ir/en/>
- *Statistical Centre of Iran* – http://www.sci.org.ir/portal/faces/public/sci_en